

Introdução: A Teoria e a Pesquisa na Formação de Intérpretes de Conferência

Por *Carla Maria Ataíde Maciel*

Os intérpretes de conferência têm a função de mediar a comunicação entre pessoas que, à partida, têm barreiras linguísticas para se comunicarem, porque não falam as mesmas línguas. Contudo, para além das barreiras linguísticas, essas pessoas podem, e normalmente têm, outro tipo de barreiras que dificultam a sua comunicação: provêm de países diferentes, têm diferentes vivências culturais e educativas e podem até ter diferentes abordagens intelectuais. Portanto, os intérpretes não devem ser simples mediadores linguísticos, eles também têm de ser mediadores de conhecimento e de cultura. Nesta ordem de ideias, interpretar requer muito mais do que um bom nível de competência linguística e performance em duas línguas diferentes. Como observam Seton e Dawrant (2016: vii)¹ ajudar a comunicação entre pessoas de diferentes culturas requer uma mistura complexa de ingredientes – língua, análise, empatia, conhecimento e habilidades técnicas.

Por esta razão, a formação teórica de intérpretes de conferência é fundamental. Ao nível do mestrado, os formandos têm de desenvolver conhecimentos teóricos e competências de pesquisa que constituam uma boa base para uma prática profissional de excelente qualidade. Essa prática envolve, entre outros aspectos, a adopção de princípios deontológicos internacionalmente aceites no seu desempenho da profissão; a negociação de contratos de trabalho e o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida que lhes permitam gerir, de forma eficiente, o alto nível de *stress* que, normalmente, caracteriza a prática da interpretação. Inclui ainda uma compreensão profunda da geografia mundial e da política internacional bem como da génese e funcionamento de várias organizações internacionais. Por essa razão, requer um acompanhamento constante das notícias que fazem a actualidade ao nível nacional, regional e internacional. Exige a realização contínua de pesquisas terminológicas, com recurso a fontes bibliográficas ou ferramentas digitais, e conseqüente elaboração e desenvolvimento sistemático de glossários. Implica habilidades de escuta activa, análise e síntese do discurso e, por isso, uma grande capacidade de mobilização de recursos atencionais. Inclui, sobretudo, uma atitude reflexiva e crítica contínua sobre a sua profissão, e o conseqüente esforço de aprendizagem, treino e melhoria contínua das prestações em interpretação consecutiva e/ou simultânea, o que, por sua vez, implica uma constante definição de objectivos e metas a alcançar a curto, médio e longo prazo.

Esta publicação pretende ser uma pequena amostra do conhecimento teórico que é desenvolvido e da pesquisa que é realizada pelos mestrandos em interpretação de conferência ao longo dos dois anos de formação na Universidade Pedagógica.

Com efeito, em Agosto de 2010, a Faculdade de Línguas da UP (hoje Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes) abriu o **Mestrado em Interpretação de Conferência**, adiante designado MICUP. Este Curso foi criado ao abrigo de um Protocolo assinado, a 29 de Outubro de 2009, entre o Instituto Camões (IC, hoje Camões-Instituto da Cooperação e da Língua), a Universidade Pedagógica e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Foram várias as motivações para a abertura do MICUP, as quais estão mencionadas no protocolo assinado. Primeiro, a Organização das Nações Unidas alertou para a escassez de intérpretes e tradutores qualificados no continente africano, numa altura em que a crescente integração regional exigia um maior diálogo intercultural e multilingue. Segundo, a procura de intérpretes tem vindo a aumentar, sobretudo em organizações supranacionais e internacionais, entre as quais a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), a Organização Mundial da Saúde – África (OMS-África) e a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Terceiro, reconheceu-se que os intérpretes, por colaborarem para o funcionamento das instituições das sociedades multilingues, contribuem para proteger os direitos humanos e os direitos democráticos. Por último, e não menos importante, os Estados-membros da CPLP pretendem uma maior presença da Língua Portuguesa no sistema internacional, de modo a promover um maior reconhecimento da sua expressão, nomeadamente no continente africano, onde se encontram cinco países de língua oficial portuguesa, com uma população agregada de quase 40 milhões de pessoas. Contudo, naquela altura, não havia oferta de formação de intérpretes ao nível de Mestrado, com língua activa portuguesa, no continente africano. Deste modo, o MICUP foi pioneiro em África.

A oferta deste programa de pós-graduação atraiu a atenção da Direcção Geral dos Serviços de Interpretação e Interpretação de Conferência da Comissão Europeia (DG-SCIC) que, desde a realização dos primeiros exames de admissão ao curso, vem prestando assistência pedagógica à FCLCA, quer com o envio de formadores experientes para o apoio em módulos do curso ou em exames, quer com a organização de seminários de formação de formadores de intérpretes de Conferência em Maputo ou em Bruxelas. Na sequência da abertura do Curso pela Universidade Pedagógica em Maputo, e de um outro similar pela Universidade de Nairobi,

os Serviços de Interpretação e Interpretação de Conferência da Comissão Europeia começaram a liderar um processo de criação de um Consórcio de Universidades que oferecem programas de Interpretação de Conferência e Tradução em África. Assim, foi criado o PAMCIT (*Pan-African Masters of Conference Interpreting and Translation*), um consórcio de Universidades Africanas que pretendem estabelecer-se como centros de excelência de formação de intérpretes de Conferência e tradutores em África.

Neste momento, o PAMCIT agrega a Universidade Pedagógica, a Universidade de Nairobi no Quênia, a Universidade de Gaston-Berger no Senegal e a Universidade do Ghana. A gestão geral do projecto é actualmente feita pela Delegação das Nações Unidas de Nairobi. O PAMCIT integra, entre outras acções, a oferta de bolsas de estudo a estudantes, a mobilidade estudantil e de docentes e a aquisição de equipamentos e acessórios técnicos.

Para além de beneficiar de apoio da União Europeia e das Nações Unidas, o MICUP atraiu também a atenção e o apoio técnico de outras instituições e organismos internacionais como a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), o Banco Africano (BAD) para o Desenvolvimento e do grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Estas duas organizações têm vindo a enviar à Universidade Pedagógica intérpretes que têm o Português como língua passiva de trabalho na sua combinação linguística. Tais profissionais dão assistência aos módulos de interpretação consecutiva ou simultânea, ajudam os mestrados a desenvolver competências e habilidades técnicas de interpretação, ajudam-nos a desenvolver competências de língua inglesa ou francesa e, ao mesmo tempo, na interacção com os estudantes, desenvolvem as suas competências em língua portuguesa. Eles desenvolvem sinergias e proporcionam contratos de trabalho aos graduados do MICUP que já têm sido recrutados para a cobertura de conferências anuais do BAD. A título de exemplo, na reunião anual do BAD de 2016, a cabine portuguesa foi chefiada por uma graduada do MICUP.

O MICUP tem a duração de dois anos (quatro semestres) e confere o grau de Mestre em Interpretação de Conferência. O curso já contou com duas edições: (2010-2012) e (2014-2015). Neste momento, está a decorrer a terceira edição do curso (2016-2018). Graduados da primeira e segunda edição do curso estão a ter um sucesso considerável no mercado nacional e regional, e até mesmo internacional, integrando as equipas de intérpretes *free-lance* do BAD, como já previamente mencionámos, mas também da SADC, da UA e mesmo do FMI e da OMS. Um dos graduados do MICUP já tem um contrato de trabalho permanente com o Parlamento Africano.

Apesar do reconhecimento e apoio internacional, este curso tem tido alguma dificuldade em se afirmar no contexto nacional, dada sua orientação prática profissionalizante,

a qual assenta sobretudo no treino intensivo de habilidades e competências, com vista ao desenvolvimento de capacidades específicas necessárias à prática da interpretação consecutiva e simultânea. Com efeito, nas três edições do Curso, a parte lectiva tem sido composta por:

(1) Módulos de língua: Produção do Português Oral; Produção do Inglês Oral ou Produção do Francês Oral;

(2) Módulos de especialização técnica: Técnicas de Interpretação Consecutiva, Técnicas de Interpretação Simultânea distribuídas em vários módulos;

(3) Módulos de deontologia, cultura e política: Teoria e Deontologia da Interpretação, Terminologia, Interculturalidade, História das Organizações Internacionais.

Ao contrário dos mestrados académicos, que terminam com a apresentação e defesa de uma dissertação, o Mestrado em Interpretação de Conferência, até à terceira edição, termina com a realização de um exame prático profissionalizante, no qual os estudantes são avaliados nas técnicas, competências e habilidades de interpretação consecutiva e simultânea.

Assim sendo, aqueles que não estão devidamente informados sobre o mesmo, ficam com a ideia de que os Mestres Intérpretes de Conferência graduados pela Universidade Pedagógica não possuem um conhecimento teórico e habilidades de pesquisa equiparáveis aos outros mestres que concluem os cursos com dissertações escritas, uma vez que a sua formação foi assente num “saber-fazer” que envolve, sobretudo, a mediação da comunicação oral.

Com efeito, devido aos critérios internacionais de avaliação e acreditação dos Cursos e/ou Programas de Instituições de Ensino Superior, há cada vez maior insistência na necessidade de produção académica escrita, ou seja, a publicação de artigos em jornais ou revistas académicas com revisão de pares, a produção de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, etc. A produção oral não é valorizada, porque não fica registada e, assim sendo, parece efémera. Uma evidência deste facto é o Guião de Auto-avaliação de Cursos e/ou Programas e Intituições elaborado pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior¹. Com efeito, este Guião contém um indicador de Pesquisa e extensão cujo padrão de avaliação estabelece:

O curso de pós-graduação deve possuir e implementar linhas de investigação com a participação de todos os membros desta e garantir a publicação dos resultados da investigação.

O objectivo desta publicação é desmistificar a ideia de que os mestres em Interpretação de Conferência não possuem saber teórico relevante nem competências de pesquisa. Com

¹ Refiro-me ao primeiro *draft* do documento que não contempla as particularidades de Mestrados Profissionalizantes.

efeito, ao longo da sua formação, os cursantes do Mestrado em Interpretação de Conferência têm alguns módulos teóricos que constituem um alicerce importante da sua prática profissional. Eles adquirem, por exemplo, todo um conhecimento sobre a teoria e deontologia profissional para estarem aptos a negociar os seus serviços na base de contratos que respeitam determinados critérios e exigências específicas da profissão de interpretação. Também adquirem todo um conhecimento teórico e de pesquisa que lhes permite elaborar glossários e desenvolver, gradualmente, o seu léxico mental ao longo do exercício profissional. Ademais, nos módulos práticos de interpretação, que focalizam o desenvolvimento de competências técnicas de interpretação consecutiva ou simultânea, os mestrandos têm de, constantemente, realizar pesquisas para a produção de discursos que servem de base a exercícios de interpretação. Esses discursos são produzidos, quer em Português (a língua A da maioria dos mestrandos), quer em Inglês ou Francês (as línguas B ou C dos mestrandos). Os mestrandos preparam os seus discursos em formas de notas, seguindo os critérios pré-estabelecidos para o módulo, e apresentam-nos aos colegas. Os colegas tomam notas e fazem a interpretação. No final de cada exercício, há momentos de auto-avaliação e de avaliação de pares. Essas avaliações são feitas tendo em conta os critérios pré-definidos (por exemplo, estruturação do discurso, conteúdo, presença de elos de ligação, projecção e colocação da voz) e incidem tanto sobre os discursos produzidos, como sobre as interpretações dos mesmos. A metodologia de ensino e aprendizagem tenta criar profissionais competentes e reflexivos, quer dizer, profissionais que reflectem, a todo o momento, sobre a forma como põem o conhecimento teórico em acção; profissionais capazes de identificar as suas forças e fraquezas e estabelecer objectivos para a superação das dificuldades.

Nesta publicação, estão reunidos alguns artigos escritos pelos cursantes do MICUP no seu processo de formação e reflexão teórica sobre a interpretação de conferência.

No primeiro artigo “Ser Intérprete Profissional de Conferência: Ética e Deontologia” **Ruth Jeque** argumenta que, na comunicação nacional e internacional, os intérpretes de conferência e tradutores de todo o Mundo desempenham um papel vital para o sucesso das relações interculturais. Por isso, é indiscutível que, tanto no plano nacional como internacional, os intérpretes e tradutores de Moçambique se devem profissionalizar, associar e pautar-se pelos mesmos valores ético-profissionais que orientam todos os outros intérpretes e tradutores do Mundo, se quiserem ser reconhecidos pelos seus pares.

No segundo artigo “Sobre a Importância de uma Associação de Intérpretes e Tradutores em Moçambique” **Stélio Júlio Chemane** demonstra a necessidade de uma Associação em Moçambique que zele pelos direitos dos intérpretes e tradutores e promova os padrões de

qualidade e excelência no seio dos profissionais e seus clientes. O autor apresenta também uma proposta das várias actividades que podem ser desempenhadas pela Associação cuja existência defende.

No terceiro artigo, “Os Contratos de Trabalho e o Sigilo Profissional dos Intérpretes” **Damião Litsur** denuncia problemas ao nível da celebração de contratos escritos de prestação de serviços entre clientes e intérpretes. Nesta sequência, o autor defende também a importância dos intérpretes respeitarem o sigilo e a confidencialidade em relação às informações que adquirem no decurso do seu trabalho.

No quarto artigo, “Como Gerir o *Stress* na Actividade de Interpretação” **Edvaldo Dinilson Mucavele** reflecte sobre as causas, os sintomas e as consequências do *stress* na actividade de interpretação e propõe estratégias de superação do *stress* que poderão ser usadas pelos intérpretes.

No quinto artigo, “Os sete hábitos de um bom intérprete” **Emerson Garrine** reflecte sobre um conjunto de sete de hábitos que o intérprete deve desenvolver para conseguir atingir e manter um desempenho profissional.

No sexto artigo, “Omissões de Itens Lexicais na Interpretação Simultânea” **Enoque Chamba** reflecte sobre a omissão de palavras pelos intérpretes que restituem discursos usando a técnica interpretação simultânea. Chamba mostra que existem diferentes visões e perspectivas tradicional e contemporânea em relação a tais omissões.

No sétimo artigo, “O Papel do Intérprete em Zonas de Conflito” **Guidjima Donaldo** analisa a evolução histórica da profissão de interpretação em três contextos: antiguidade, a partir dos Julgamentos de Nuremberga em 1945 e no período pós 11 de Setembro.

No oitavo artigo, “Glossários Temáticos: Água Potável, Agricultura” **Carla Maria Ataíde Maciel, Enoque Chamba e Stélio Chemane** apresentam, a título exemplificativo, dois glossários elaborados a partir dos temas “Água potável” e “Agricultura” e explicam as metodologias usadas para a sua elaboração. Estes glossários, que podem vir a ser desenvolvidos por estes ou outros intérpretes, constituem uma breve ilustração do trabalho de pesquisa terminológica que os intérpretes devem desenvolver, constantemente, quer para o seu próprio desenvolvimento linguístico lexical, quer para a garantia de uma boa prestação de serviços de interpretação.

Esperamos que a leitura destes artigos seja benéfica, quer para os praticantes de interpretação, como para os conferencistas que, muitas vezes, dependem dos serviços intérpretes. Esperamos, também, que a leitura destes artigos possa esclarecer os potenciais empregadores dos graduados do MICUP e oferecer-lhes uma visão mais clara sobre os profissionais que colocamos no mercado. Por último, e acima de tudo, esperamos que a leitura

destes artigos ajude os acadêmicos a compreender o grande trabalho de pesquisa que deve preceder cada trabalho de interpretação, consecutiva ou simultânea.

ⁱ Setton, R. & Dawrant, A. *Conference Interpreting: A Trainer's Guide*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 2016.